

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO COLONIAL

Joelson Pereira de Sousa ¹

Resumo: Este artigo consiste em uma breve revisão bibliográfica com objetivo de explorar o campo de análise sobre o alcance e os desdobramentos históricos da experiência colonial e, para isso, propõe aproximar dialeticamente as categorias de colonialidade, espacialidade e totalitarismo, em uma espécie de acerto de contas conceitual entre os sentidos da dominação colonial e os espectros do poder totalitário. Neste caso, importa reunir e relacionar as contribuições presentes em conceitos como os de geopolítica do conhecimento e sistema-mundo (Dussel, 1977); colonialidade do poder (Quijano, 2005); esquecimento da colonialidade (Maldonado-Torres, 2008) e lugar epistêmico (Grosfoguel, 2009), a fim de apontar a centralidade da questão espacial nos desenvolvimentos da crítica ao eurocentrismo.

Palavras-chave: Espacialidade; Colonialidade; Totalitarismo; Eurocentrismo; Racismo.

THE SPATIALITY AND TOTALITARIAN CHARACTER OF COLONIAL DOMINATION

Abstract: This article consists of a brief bibliographic review aimed at exploring the field of analysis on the scope and historical developments of the colonial experience. To this end, it proposes a dialectical approach to the categories of coloniality, spatiality, and totalitarianism, in a kind of conceptual reckoning between the meanings of colonial domination and the specters of totalitarian power. In this case, it is important to bring together and relate the contributions present in concepts such as the geopolitics of knowledge and world-system (Dussel, 1977); coloniality of power (Quijano, 2005); forgetting coloniality (Maldonado-Torres, 2008), and epistemic place (Grosfoguel, 2009), in order to highlight the centrality of the spatial question in the development of criticism of eurocentrism.

Keywords: Spatiality; Coloniality; Totalitarianism; Eurocentrism; Racism.

Introdução

¹ Doutorado em Educação e Contemporaneidade (2022) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, mestrado em Filosofia (2007) pela Universidade São Judas Tadeu - USJT, bacharelado em Teologia (2003) e licenciado em Filosofia (2004) pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Atuo como professor da área de Filosofia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus X, onde também desenvolveu uma pesquisa relacionada ao projeto neoliberal totalitário na educação brasileira. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5632-3349>. E-mail: jpsousa@uneb.br

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

“[...] antes de serem suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus. [...] no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas [...]” (CESAIRE, 1978, p.18).

A compreensão histórica da experiência colonial, sobretudo a partir do ponto de vista das populações e culturas subjugadas, consiste em um exercício permanente de reflexão crítica e desvelamento das estruturas dominantes, perpetuadas no decorrer de séculos de exploração. O alcance do experimento colonial não pode ser subestimado, pois suas consequências seguem produzindo formas variadas de violência, desigualdade e injustiças, flagrantemente reconhecidas nas sociedades subalternizadas. Com a finalidade de explorar o campo de análise desta conjuntura histórica, este artigo propõe aproximar dialeticamente as categorias de colonialidade, espacialidade e totalitarismo, em uma espécie de acerto de contas conceitual entre os sentidos da dominação colonial e os espectros do poder totalitário.

Seja revirando os conteúdos dedicados à compreensão dos totalitarismos, ou seja reconsiderando a emergência de novos elementos interpretativos, a intenção aqui é ir além das análises sistêmicas dos regimes de poder, em especial, aquelas consagradas por figuras como Hannah Arendt (2012) em seu trabalho sobre o papel da ideologia na formação do estado totalitário; Foucault (2004) com sua arqueologia do poder e os estudos sobre o surgimento da biopolítica; Agamben (2009) com os apontamentos sobre o estado de exceção como paradigma de governo nas sociedades contemporâneas, e, por fim, Dardot e Laval (2016) ao apontarem o neoliberalismo como expressão de um novo regime de governança global.

A princípio, é preciso dizer que a categoria de totalitarismo serviu amplamente às ciências políticas como um repositório de evidências relacionadas à organização dos estados

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

totalitários no século XX, com destaque para a abordagem de temáticas como: a captura e corrupção dos mecanismos institucionais, a instrumentalização de aspectos político-ideológicos, os efeitos desagregadores sobre as formações sociais, a centralidade da violência nas manifestações do poder e os dispositivos de manipulação dos afetos e da subjetividade.

Apesar desta observação, esses elementos que conduzem a uma compreensão clássica dos totalitarismos não podem ser considerados exclusividade apenas dos regimes totalitários provenientes do século XX, pois constituem, historicamente, as mesmas estruturas essenciais ou “correntes subterrâneas” (ARENDT, 2012, p.22) conformadoras do produto final que chamamos de civilização ocidental. Uma construção histórica forjada à base da proliferação da barbárie e do terror, responsável, em seus momentos mais agudos, pela eclosão de manifestações variadas de um mesmo poder totalitário, como, por exemplo, a dominação colonial, a escravidão, o capitalismo globalizado e o atual projeto neoliberal.

Além disso, pode-se dizer ainda que escapa à primeira formulação da categoria de totalitarismo uma perspectiva espacial, capaz de considerar as práticas de violência e exploração que se enraizaram profundamente no mundo não-europeu. Aliás, uma perspectiva outra que nunca recebeu atenção dentro da tradição do pensamento filosófico, político, econômico e social, produzido predominantemente pela intelectualidade europeia – mesmo que na história, o terror totalitário já tivesse feito a muito conhecer as suas vítimas, sobretudo, entre as sociedades colonizadas.

Consequentemente, o reconhecimento dessa fronteira analítica (mas, também, ética, cognitiva, hermenêutica e epistêmica) disposta entre as visões de mundo do europeu e do não-europeu, pode abrir caminho para a apreensão de outras dimensões do poder totalitário, dispersas no modelo de desenvolvimento imposto às sociedades periféricas em nome de uma modernidade eurocentrada. A propósito, é com esse tensionamento que buscaremos trazer para o centro do debate a perspectiva histórica do poder totalitário a partir do mundo não-europeu.

Desse modo, como ponto de partida para a escrita deste texto, pretende-se suscitar uma leitura decolonial da categoria de totalitarismo, considerando como aspecto teórico central uma atitude reflexiva situada fora do domínio eurocêntrico. E assim, seguir reivindicando uma maneira própria de narrar e elaborar conceitualmente as consequências mais trágicas da

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

violência e do terror, perpetrados através da experiência colonial do poder totalitário. Para tanto, importa reunir e relacionar as contribuições presentes em conceitos como os de geopolítica do conhecimento e sistema-mundo (Dussel, 1977); colonialidade do poder (Quijano, 2005); esquecimento da colonialidade (Maldonado-Torres, 2008) e lugar epistêmico (Grosfoguel, 2009), a fim de apontar a centralidade da questão espacial nos desdobramentos da crítica ao eurocentrismo.

A Espacialidade e o outro Não-Europeu

A tomada de posição anunciada nos parágrafos anteriores, tem a ver, basicamente, com a necessidade de circunscrever uma atividade teórica preocupada em contornar a tradição eurocêntrica na história colonial. Algo, em certa medida, capaz de permitir o vislumbre da ancestral pluralidade do outro não-europeu, presente em múltiplas e diferentes narrativas, temporalidades, formações sociais e culturais, eclipsadas pelas luzes da razão universal. Tal posição, busca privilegiar a heterogenia própria das sociedades humanas, que não deveriam, nunca, ter sido reduzidas a um mesmo padrão de organização produtiva e social.

Eis o grande feito de uma racionalidade forjada como fundamento do projeto filosófico que emoldura a modernidade europeia: compor e orientar o desenvolvimento de uma abordagem única da história. Uma história unificada em torno do objetivo de congraçamento universal da humanidade, unindo em um único e mesmo fio condutor todas as temporalidades e espacialidades, sem precisar considerar outras versões dissidentes dessa história total – sempre contada a partir da Europa e em louvor ao domínio da espacialidade, do centro esclarecido sobre a periferia selvagem.

Essa perspectiva que pretende afirmar a centralidade da questão espacial, a fim de escapar do risco de mera instrumentalização, deve-se inserir, desde o primeiro momento, no debate histórico sobre a constituição geopolítica do poder. Uma geopolítica que se baseia na existência de um tipo de cultura racional mais elevada, responsável pela formação da consciência civilizatória da Europa em relação ao mundo não-europeu. É neste sentido, que a

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

questão espacial, torna-se, além de uma espacialidade geográfica, também, em uma espacialidade ética, cognitiva, epistêmica e hermenêutica.

Com esse propósito, tomo de empréstimo as observações de Maldonado-Torres (2008) sobre a centralidade da questão espacial para o pensamento latino-americano, especialmente em relação ao brutal esquecimento da barbárie colonial por parte da intelectualidade europeia. Isso porque, na medida em que a experiência colonial é negligenciada na produção do pensamento europeu, mais se afirma a existência de um sujeito pensante universal, na forma de uma entidade autônoma, neutra, sem pertencimento espacial e desprovido de consciência histórica. O sujeito pensante, a mais importante abstração filosófica da modernidade europeia, emerge à revelia da pluralidade humana e em consonância com a história de barbárie e violência colocada em cena pela dominação colonial.

A ausência de reflexões sobre a geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento vai a par com a falta de reflexão crítica quanto ao empenhamento da filosofia e dos filósofos ocidentais com a Europa enquanto local epistêmico privilegiado (MALDONADO-TORRES, 2008, p.73).

De certo modo, essa percepção da Europa como um lugar epistêmico superior, já havia sido pensada e confrontada também pelo filósofo argentino Enrique Dussel (1977), um dos primeiros pensadores a formular filosoficamente o caráter eurocêntrico da submissão cultural sofrida pelas populações não-europeias em nível planetário. Do ponto de vista filosófico, a superioridade epistêmica da Europa resulta diretamente de duradouros processos de hierarquização de sistemas racionais, utilizados como estratégias de conquista e manutenção de espaços geopolíticos de poder.

Em Dussel (1977), a proposta de pensar a ordem geopolítica a partir do sul global, começa pelo reconhecimento de uma valoração distorcida do topos planetário, na medida em que se celebrava o centro europeu como único modelo civilizatório a ser reproduzido em todo o mundo. Logo, a questão espacial constituiria o momento primeiro da crítica ao eurocentrismo, em razão do potencial para desmascarar o projeto filosófico da modernidade em sua pretensão de elevar a Europa a uma posição epistêmica privilegiada, dominante e autorreferente – sobre

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

a qual, se poderia consolidar um tipo de conhecimento mais nobre, destinado a tornar-se hegemônico e universal.

Assim, a partir do momento que a Europa foi capaz de reunir condições histórico-culturais mais favoráveis, dá-se a ver, simultaneamente, o surgimento de uma racionalidade totalizante, comprometida com a expropriação de culturas heterogêneas. Uma racionalidade que, a pretexto da edificação e disseminação de um estágio civilizatório superior, buscava homogeneizar, a partir de seus próprios padrões, a diversidade das sociedades humanas. Assim, a racionalidade eurocentrada revela-se essencialmente totalitária, empenhada em fazer avançar o projeto eurocêntrico de dominação cultural em nível global – como etapa necessária para a expansão econômica do capitalismo no contexto da exploração colonial.

Como se vê, na obra intitulada *Filosofia da Libertação*, Dussel (1977) considera a problematização da espacialidade uma condição determinante para a emergência do pensamento filosófico na América Latina. Sem passar pela crítica da dominação espacial, a filosofia latino-americana ainda estaria condenada a conviver com profundas relações de subserviência epistemológica. Era preciso rejeitar aquela formulação eurocêntrica do discurso universalista, como sendo incapaz de acolher a diversidade humana encontrada no planeta, “trata-se então de levar a sério o espaço, o espaço geopolítico” (DUSSEL, 1977, p.09). Sobre o que, acrescenta: “não é a mesma coisa nascer no Polo Norte, em Chiapas ou em Nova Iorque” (DUSSEL, 1977, p.09).

O discernimento avassalador dessas palavras, revela não somente uma posição categórica disposta a levar a questão da espacialidade às últimas consequências epistemológicas, mas, sobretudo, uma atitude desveladora dos aspectos totalizante e totalitário da racionalidade moderna. Pois foi também a partir da filosofia, da técnica e da ciência, que a barbárie colonial impôs globalmente uma relação geopolítica de dominação, entre o centro europeu e a periferia não-europeia.

Nessa relação, todo conhecimento produzido fora do circuito filosófico-científico europeu representava certa descontinuidade epistêmica, resultando em silenciamento na forma de rejeição. Tais saberes apócrifos e incivilizados, não estariam de acordo com os mesmos critérios de inteligibilidade estabelecidos por uma razão esclarecida, feito mensageira legítima

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

de verdades absolutas, concebidas em conformidade com o método filosófico-científico consagrado pela modernidade europeia.

Portanto, em contextos periféricos, o conhecimento deve ser formulado desde uma posição concreta de existência histórica situada, situada sócio-geograficamente no Sul global. Razão pela qual Dussel (1977) enfatiza: “o onde-nasci é a predeterminação de toda outra determinação” (DUSSEL, 1977, p.30), de modo que não se aprecie o pensamento universal como se fosse neutro, mas como algo que está sempre implicado em relações de poder e dominação entre centro e periferia.

Visto por este ângulo, o questionamento da espacialidade pode significar uma abertura alternativa a outra perspectiva de pensamento, agora desvinculada do norte global colonizador e em aceno ao sul global colonizado. Por isso, a consciência dessa diferença colonial² é imprescindível, sobretudo, para diagnosticar a existência de um monopólio epistêmico (o projeto da modernidade), que atua continuamente para garantir o *status* de superioridade do centro europeu, sobre a extensa periferia global.

Daí a necessidade de um verdadeiro giro decolonial – pelo qual se poderia “começar por apresentar a gênese histórico-ideológica do que pretende pensar, dando preponderância à sua imposição espacial, mundial” (DUSSEL, 1977, p.08). Assim, somente a partir dessa manobra de ruptura, a diferença colonial poderia ser radicalmente apreciada, justamente pela potência hermenêutica que significa pensar o caráter totalitário da colonialidade, a partir do lugar de colonizado.

Neste caso, seria preciso interpelar o eurocentrismo epistemológico com seus paradigmas racional, científico, lógico e metodológico, que, no fundo, estariam a serviço da consolidação de um único sujeito autorizado a produzir conhecimento verdadeiro: o homem

² Sobre a importância de considerar a diferença colonial no centro do processo de produção de conhecimento, comenta Grosfoguel (2009): “Repensar o mundo colonial/moderno a partir da diferença colonial altera importantes pressupostos dos nossos paradigmas. Aqui, gostaria de me centrar nas implicações que a perspectiva da ‘colonialidade do poder’ tem para o sistema-mundo e para os paradigmas pós-coloniais. A maioria das análises do sistema-mundo debruçam-se sobre a forma como a divisão internacional do trabalho e as lutas militares geopolíticas são elementos constitutivos dos processos de acumulação capitalista à escala mundial. Embora use essa abordagem como ponto de partida, pensar a partir da diferença colonial obriga-nos a considerar com maior seriedade as estratégias ideológico-simbólicas, bem como a cultura colonial/racista do mundo colonial/moderno” (GROSFOGUEL, 2009, p.397).

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

moderno europeu. Aliás, uma concessão frontalmente questionada por Dussel (1977), por exemplo, na elaboração do conceito de geopolítica do conhecimento, pelo qual desvenda a estratégia de neutralidade do discurso filosófico e científico, responsável por mascarar o espírito de conquista e dominação que mobilizou toda a modernidade europeia. “Por isso, nossa Filosofia da Libertação fixará sua atenção no passado do mundo e na espacialidade, para detectar a origem, a arqueologia do nossa dependência, debilidade, sofrimento, aparente incapacidade, atraso” (DUSSEL, 1977, p.31).

Assim, a geopolítica do conhecimento, refere-se justamente à crítica dessa construção ideológica que atua para colocar em suspeição a ligação entre o sujeito do conhecimento e o seu lugar epistêmico – como que, separando o pensamento da realidade vivida. Quando o centro europeu idealiza um sujeito universal, essa ideia impõe sobre os demais sujeitos e sobre as diferentes formas de ser-saber, uma espécie de uniformização totalitária implicada na validade do conhecimento.

No contexto da colonialidade, esse sujeito neutro e sem lugar no mundo é alçado a uma posição ontológica que assegura ao homem europeu o privilégio da determinação dos critérios de verdade sobre o conhecimento, atuando, também, no ocultamento do “lugar epistêmico geopolítico e do corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual [o sujeito] se pronuncia” (GROSFOGUEL, 2009, p. 459). É justamente neste sentido, que a modernidade europeia corresponde a um projeto de expropriação do mundo não europeu e, por isso, o surgimento de uma filosofia da libertação teria como tarefa primeira contrapor a ontologia do sujeito eurocentrado.

A filosofia que souber pensar esta realidade, a realidade mundial atual, não a partir da perspectiva do centro, do poder político, econômico ou militar, mas desde além da fronteira do mundo atual central, da periferia, esta filosofia não será ideológica (ou ao menos o será em menor medida). Sua realidade é a terra toda e para ela são (não são o não-ser) realidade também os *condenados da terra* (DUSSEL, 1977, p.16).

Ao considerar esta proposição, abre-se uma dupla possibilidade de enfrentamento à geopolítica do conhecimento: por um lado, denunciando a invenção do sujeito universal e da história única concebida a partir da Europa, e, por outro, buscando acionar outras formas de

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

subjetividade presentes na história do não-europeu, agora, narrada pelo não-europeu. Aqui, a questão da espacialidade não deve ser tomada ingenuamente:

O espaço como campo de batalhas, como geografia estudada para vencer estratégica ou tacitamente o inimigo, como âmbito limitado por fronteiras [...] Não falamos do espaço do claustrofobo ou do agoróforo. Falamos do espaço político, daquele que compreende todos os espaços, os físicos existenciais, dentro das fronteiras do mercado econômico, no qual se exerce o poder sob o controle dos exércitos (DUSSEL, 1977, p.08).

Ao realçar a importância da espacialidade na crítica da geopolítica do conhecimento, na verdade, Dussel (1977) busca destacar o modo como se estabelece as relações de poder no espaço político global. Ou seja, sobre como o lugar epistêmico foi e ainda é determinante para o desenvolvimento efetivo de um sistema-mundo conformado pelo modelo europeu de expansão planetária do capitalismo, primeiro com a disseminação do domínio colonial, depois com as revoluções político-científico-industriais.

A formação de um único sistema econômico capaz de englobar os modos de produção e acumulação de riqueza em todas as partes do globo, só foi possível graças à difusão geopolítica de uma avassaladora ideologia dominante (a racionalidade moderna), relativa à submissão do Sul periférico, pelo Norte eurocêntrico – conforme o destino de uma Europa que “se constitui *missionária da civilização* no mundo” (DUSSEL, 1977, p.11). Tal empreendimento civilizatório-universal, destinado a exportar para o mundo inteiro as luzes da razão europeia, a bem da verdade, está organicamente comprometido com a expansão planetária da dominação capitalista, impondo ao resto do planeta as condições culturais e políticas relativas ao alargamento das fronteiras do mercado econômico europeu.

É o que reforçam Amadeo e Rojas (2011), ao expor a relação intrínseca entre capitalismo e a transformação da colonização em sistema-mundo: “a confirmação de um sistema-mundo é um efeito específico do processo de acumulação e reprodução ampliada do capitalismo” (AMADEO; ROJAS, 2011, p.33). Cujas ampliação ininterrupta e permanente, produziria, na atualidade, o que chamamos de globalização mercantil, a continuidade da exploração capitalista tonada possível “sob novas formas do processo colonial” (AMADEO; ROJAS, 2011, p.33).

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

Com a imposição global desta geopolítica do poder (sistema-mundo), surge um emaranhado de relações intersubjetivas que se espalham da Europa para o resto do mundo. Uma espécie de colonização cognitiva, que, ao avançar sobre a cultura, a economia, a política e a religião, reduz a diversidade humana a um duplo de identidades: o europeu e o não-europeu. Em outras palavras: “fora das fronteiras do centro está o não-ser, o nada, a barbárie, o sem sentido” (DUSSEL, 1977, p.11).

Depois de fincada as raízes mais profundas dessa geopolítica do poder e do sistema-mundo, invariavelmente, os povos colonizados foram obrigados a aprender os modos de vida dos colonizadores. Assim, garantia-se a transmissão de técnicas (no campo material) e valores (no campo social), indispensáveis para a reprodução das estruturas de dominação. Enfim, aprender o modo de vida do colonizador, implica no esquecimento do modo de vida do colonizado.

Racismo e Espacialidade na Dominação Colonial

As considerações dusselianas sobre a espacialidade ou a decorrente problematização acerca da sua completa ausência na história da filosofia ocidental, inaugurou uma perspectiva de pensamento disposta a escapar às determinações do paradigma cognitivo eurocêntrico. Para isso, a tarefa inicial consistiria em expor o papel estratégico da produção de saberes (filosófico-técnico-científico) na integração dos processos de colonialidade em uma complexa estrutura de dominação em escala mundial.

Neste cenário de contestação geopolítica, a discussão da espacialidade tornou-se uma espécie de trincheira de luta para o pensamento latino-americano, na busca por reconhecimento de alternativas teóricas comprometidas com a superação da tradição colonial eurocêntrica. Até porque, um pensamento que surja a partir da consciência dos processos de dominação colonial, vai sempre se deparar com um expressivo “desencontro entre nossa experiência histórica e nossa perspectiva de conhecimento eurocêntrica” (QUIJANO, 2005, p.137).

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

Em outras palavras, todo o instrumental teórico utilizado para a construção do edifício do conhecimento euro-ocidental – a racionalidade, o sujeito moderno, o método científico –, não comportariam as formas de pensamento/conhecimento oriundas de uma experiência outra da história. Até porque, o Sul global já possuiria um destino manifesto nessa ordem das coisas, a saber, o de selvagens incivilizados dentro de uma sociedade unidimensional que não estaria disposta a abranger diferentes composições cognitivas.

Além disso, os regimes de colonialidade eurocêntrica buscaram estabelecer um padrão uniforme de administração da riqueza (e da pobreza), a partir de um sistema de gestão política das insatisfações (e dos privilégios), entorno do qual, se reproduziria, contínuo e permanentemente, um impiedoso modelo de dominação. Uma espécie de colonialidade totalitária, pela qual as populações dominadas foram submetidas por um tipo de poder global capaz de sujeitar tudo aquilo que se opunha à sua livre expansão.

Pensar esse caráter totalitário da colonialidade não seria possível sem o reconhecimento da incidência de uma “corrente subterrânea” (Arendt, 2012, p.14) atuando em fluxo contínuo por toda a história ocidental, atravessando desde o período da dominação colonial, passando pela modernidade europeia até chegar na eclosão dos totalitarismos do século XX. Como, aliás, sugere a abordagem arendtiana dos aparatos de força colocados a serviço da expansão imperialista da Europa. Seria o caso, por exemplo, da ocupação territorial, do racismo e da escravidão – práticas violentas que emolduraram todas as formas de totalitarismo conhecidas até hoje. Vale aqui observar uma precisa sentença arendtiana:

O racismo pode destruir não só o mundo ocidental mas toda a civilização humana. Quando os russos se tornaram escravos, quando os franceses assumiram o papel de comandantes da mão de obra negra, quando os ingleses viraram “homens brancos” do mesmo modo como, durante certo período, todos os alemães viraram arianos, então essas mudanças significaram o fim do homem ocidental. Pois não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural (ARENDR, 2012, p.232).

Essa perspectiva que possibilita a aproximação da crítica da colonialidade à categoria de totalitarismo, torna-se ainda mais produtora quando se observa nos processos de dominação colonial a existência de uma sistemática divisão racial do trabalho. Como alerta

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

Quijano (2005), ao apresentar o poder colonial como “um novo padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e seus produtos” (QUIJANO, 2005, p.119). Um controle totalitário que se impõe a partir de distinções espaciais e raciais entre culturas superiores e inferiores, realizadas em escala mundial.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p.120).

Tal observação expõe o critério de classificação raça/trabalho, praticado ao longo de todo o processo de expansão do sistema-mundo capitalista e que, ainda hoje, repercute nas desigualdades que configuram as sociedades contemporâneas. A cruel estratificação dessas sociedades resulta de uma classificação social racista, fundamental para os processos de exploração, exclusão, subjugação, violência e morte, de uma parte da população mundial, designada espacialmente, por vezes, como não-europeia, não-branca, não-civilizada, não-moderna, não-democrática e não-cristã.

A dominação espacial do sul global depende de uma “distribuição racista de novas identidades sociais”, possível graças ao aparecimento de uma “nova tecnologia de dominação/exploração” (QUIJANO, 2005, p.119), a saber, a classificação racial das populações. É digno de nota a percepção que o racismo não consiste em uma arma nova ou secreta, uma vez que ocupou lugar central como ideologia dominante desde a exploração colonial, passando pela expansão imperialista e chegando aos eventos contemporâneos dos regimes totalitários e da globalização capitalista.

Dito isto, faz-se necessário acrescentar que na longa história da dominação colonial, a distinção racial produziu efeitos duradouros também na formação da interioridade e da subjetividade dos povos colonizados, produzindo uma consciência de si, intencionalmente, subalternizada. A linguagem, a cultura, a educação, a economia e, por fim, as instituições

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

políticas – estruturas sociais mediadoras da relação espacial entre metrópole e colônia –, foram concebidas e instrumentalizadas para garantia da expansão do totalitarismo colonial, primeiro como controle de territórios, depois como controle das mentalidades.

É neste sentido, que a colonialidade do poder essencialmente totalitária, uma vez que, impõe modos de determinação sobre como povos inteiros se compreendem e são compreendidos – sempre, a partir de e integrado a, uma única ordem global, que se refere à dominação do homem branco sobre as diversas populações mundiais. Como se vê, um cenário em que a Europa se consolidava como centro das estruturas de controle do mercado mundial, a ponto de se tornar sede espacial de um sistema-mundo capitalista.

A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, como o demonstra a América, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. E são eles mesmos, cada um deles, configurados da mesma maneira (QUIJANO, 2005, p.128).

Toda essa heterogeneidade, revela o potencial de propagação do capitalismo nas mais diversas sociedades espalhadas pelo mundo, ao mesmo tempo, em que, nos serve como indicativo da variedade de mecanismos à disposição desse padrão único de poder. Afinal de contas, por mais diversas as histórias e heterogêneas as culturas, elas foram articuladas em uma única estrutura de poder e submetidas a uma só ordem cultural global, em favor da crescente hegemonia europeia e ocidental.

A noção de colonialidade expõe essa força hegemônica formadora de subjetividades, como um força totalitária capaz de, simultaneamente, controlar a cultura, gerenciar o conhecimento e disciplinarizar as relações de dominação. Um processo abrangente que produziu a “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir e outorgar sentidos aos resultados das experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005, p.121).

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

Desse modo, enquanto padrão único de poder global, o sistema-mundo capitalista instituiu uma forma de dominação totalitária sobre as populações colonizadas, pela qual realizou, por exemplo, uma flagrante “distribuição geográfica de cada uma das formações integradas no capitalismo mundial” (QUIJANO, 2005, p.121). Como resultado dessa cartografia dominante, além da determinação de “novas identidades geoculturais” subalternas, observou-se também a expansão sem limites do “domínio colonial europeu sobre todas as regiões e populações do planeta” (QUIJANO, 2005, p.120).

Com isso, pode-se dizer que o totalitarismo colonial é espacial e racialmente eurocêntrico, na medida em que, difunde por todo o mundo não-europeu, a posição da Europa como o centro político-econômico-cultural, ocupando o topo da hierarquia na administração do mundo capitalista. Como dito anteriormente, essa forma totalitária é expressão da colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação. Aliás, “o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista” (QUIJANO, 2005, p.138) – um padrão de poder total baseado na institucionalização espacial do racismo.

Contra o qual, o mesmo adverte: “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p.139). Afinal, negligenciar tal percepção implicaria na condenação definitiva do colonizado, já que há tanto ainda por combater. Por aqui, se fala a língua do europeu, se crê em sua religião, segue-se a sua moralidade e ainda se obedece suas ordens política e econômica, embora, nunca se tenha vivido na Europa.

Considerações Finais

A tentativa de aproximação entre as categorias de colonialidade, espacialidade e totalitarismo, ao mesmo tempo que permite olhar o passado com um entendimento mais contundente dos sentidos da dominação colonial, também coloca um desafio reflexivo

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

incontornável para a compreensão do presente e, conseqüentemente, decisivo para a forma como o futuro pode ser prospectado. Eis, então, a questão a ser considerada: como confrontar esse poder colonial totalitário, ainda tão presente nos dias atuais? Ou, nas palavras do filósofo argentino: “Como ocultar uma dominação se a sofrem?” (DUSSEL, 1977, p.10).

O caráter inexorável destes questionamentos e o apelo a uma compreensão crítica da história colonial, deve incitar, conforme o que se viu nas páginas anteriores, um processo de desestabilização da base epistemológica referente a esse sistema-mundo culturalmente eurocentrado. Neste sentido, vale aqui retomar as provocações dusselianas quanto à necessidade de insurgência de um pensar autêntico contra a hegemonia do pensamento dominante, amparado na realidade histórica da América Latina. Eis o desafio de uma filosofia da libertação, realizada a partir do não-lugar “da periferia, dos oprimidos, à sombra que a luz do ser não pode iluminar [...] Do não-ser, do nada, do outro, da exterioridade, do mistério do sem sentido, partirá o nosso pensamento” (DUSSEL, 1977, p.20). Afinal, não resta muitas alternativas, ou busca-se a libertação ou vive-se sob o julgo permanente da dominação colonial.

A ESPACIALIDADE E O CARÁTER TOTALITÁRIO DA DOMINAÇÃO...

Joelson Pereira de Sousa

Referências Bibliográficas

AMADEO, Javier e ROJAS, Gonzalo. **Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo**. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo, n.25/26, p.29-43, 2011.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CESAIRE, Aime. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução: Noêmia de Souza. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação na América Latina**. Tradução: João Luiz Gaio. São Paulo: Edições Loyola; Piracicaba/SP: Editora UNIMEP, 1977.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: **Epistemologias do Sul** (Orgs. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes), Coimbra: Portugal, Edições Almedina, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n.80, 2008, p. 71-114.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2005.